

Clipping

20 a 25/ 9/2018



Nesta edição:

**Lauro lava as mãos sobre parcerias de Regina e Márcio com nomes de outras cidades:
'É a democracia' – Página 2**

Diadema tem atenção básica de Saúde mais bem avaliada do ABC - Página 5

Mesa da Câmara 2017/ 2018

Marcos Michels (PSB) - Presidente

Salek Aparecido Almeida (DEM) – 1º Vice

Paulo Bezerra (PV) – 2º Vice

Pretinho do Água Santa (DEM) – 1º Secretário

Audair Leonel (PPS) – 2º Secretário

Companheiro Sérgio (PPS) – 3º Secretário

Assessoria de Comunicação

Câmara de Diadema

SETEMBRO/2018

Lauro lava as mãos sobre parcerias de Regina e Márcio com nomes de outras cidades: 'É a democracia'

Prefeito ignora fracasso de 2014 e diz não ver problemas em dividir votos

O prefeito de Diadema, Lauro Michels (PV), decidiu lavar as mãos no que se refere à divisão da dobrada oficial do governo entre o vice-prefeito Márcio da Farmácia (Podemos), candidato a deputado estadual, e Regina Gonçalves (PV), a federal.

Questionado pelo **Diário** sobre a movimentação de ambos em abrir espaço para nomes de fora da cidade, em detrimento à parceria exclusiva perseguida pelo próprio Parque do Paço nos últimos meses, Lauro foi enfático: "Acho que a democracia é assim, né?", respondeu, sem titubear.

O prefeito adota a mesma postura de quatro anos atrás, quando apostou justamente em Regina e Márcio — porém em chapas contrárias às deste ano —, mas permitiu que tanto um quanto outro promovessem parcerias paralelas com candidatos forasteiros. No fim, nem Regina nem Márcio foram eleitos, enquanto que os candidatos de fora da cidade que ambos apoiaram, sim. "Acho que a dobrada dos dois está indo. Quem não vai de Márcio, vai

de Regina. *(Tudo bem se a dupla)* Quer ir com um *(candidato)* e *(outro)* quer ir com outro *(parceiro de dobrada)*. É a democracia, vou fazer o quê? Mas os dois estão bem fechadinhos e você *(repórter)* tem de perguntar para eles, né?", salientou o prefeito, ao analisar que, assim como o governo tem permitido abrir espaços para nomes de

cidades vizinhas, tem ocorrido o inverso. "Acho que a maioria dos votos, por ser uma eleição proporcional, fica na cidade. E uma minoria que vai voar, voa para a região, vai ajudar a região, porque o Alex *(Manente, PPS, federal, com base em São Bernardo)* é da região e o Thiago *(Auricchio, PR, de São Caetano)* é da região", avaliou.

Nos últimos dias intensificaram os comentários pelos corredores do Paço diademense que Regina e Márcio se distanciaram nos últimos dias. Houve casos, inclusive, de cabos eleitorais de um dos dois rejeitarem material de campanha conjunto, como adesivos com a foto da dupla lado a lado. Já há *santinhos* de Márcio sendo distribuídos sem sugerir o chamado voto casado em seu projeto e no de Regina.

De outro lado, a ex-secretária também tem intensificado parcerias com Carla Morando (PSDB), primeira dama de São Bernardo e postulante a estadual, como mostrou o **Diário** na semana passada. **JC**



VOTO EM FORASTEIRO. Lauro minimizou apoio a nomes de outras cidades e diz que ajuda a região

Celso Luiz 25/7/16

Setecidades

Do Diário do Grande ABC

20/09/2018 | 07:00

Diadema ignora política de saneamento básico

Estudo do IBGE mostra que menos de 40% das cidades brasileiras têm lei específica para o tema

Diadema é a única entre as sete cidades da região que não possui política pública voltada ao saneamento. O município sequer conta com legislação específica para identificar problemas e traçar plano de trabalho para ampliar índices de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. Isso é o que aponta a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros - Aspectos Gerais da Política de Saneamento Básico, divulgada ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Conforme o estudo, menos de 40% dos 5.570 municípios do País contam com política municipal de saneamento básico instalada, embora 41,5% deles afirmem possuir plano de ação em relação ao tema. O levantamento do IBGE corresponde ao ano de 2017 e avalia a implementação, por parte das cidades, de Lei federal regulamentada em 2010 e que dispõe sobre os objetivos, metas, órgãos reguladores, monitoramento e avaliações capazes de

oferecer condições adequadas de vida para a população.

Professora e pesquisadora sobre recursos hídricos da USCS (Universidade Municipal de São Caetano), Marta Marcondes analisa que a situação do Grande ABC é positiva se comparada com o restante do País, no entanto, ainda está longe do ideal. A especialista destaca que a existência de políticas e planos voltados ao saneamento não necessariamente refletem em bons índices de coleta e tratamento de esgoto e de despoluição dos reservatórios de água, por exemplo.

“Somos região rica, mas ainda com muitos problemas. Temos avanços, como o projeto Billings (pró-Billings, programa da Sabesp para coleta e tratamento de esgoto, com investimentos de mais de R\$ 350 milhões na região), que vão trazer muitas melhorias, tirar grande quantidade de esgoto dos reservatórios, mas precisamos ficar de olho na sua total implementação”, pontua.

Marta avalia que a questão do saneamento na região vai ter uma mudança de perspectiva em breve, mas ressalta que é preciso seguir cobrando os gestores públicos e fiscalizando a implementação de

programas. Embora as demais cidades da região contem com planos e políticas de saneamento básico, apenas Santo André e São Bernardo têm conselhos municipais voltados à discussão de assuntos relacionados ao tema. “Toda instância de discussão e fiscalização garante mais transparência às decisões dos governos. Inclui a sociedade, as universidades e são de suma importância”, aponta a especialista.

SAÚDE

A relação entre a ausência de saneamento e a incidência de doenças infectocontagiosas (diarreia, dengue, viroses, entre outras) é estreita, afirma a professora responsável pela disciplina de Saúde Coletiva da FMABC (Faculdade de Medicina do ABC), Vânia do Nascimento. “Em toda comunidade onde se investe em saneamento básico há redução importante dessas enfermidades.”

De acordo com a pesquisa do IBGE, Diadema reconhece a ocorrência de endemias do tipo nos últimos 12 meses relacionadas à falta de saneamento. Além da cidade, São Caetano – apesar de contar com 100% de coleta e tratamento de esgoto – também notificou ao sistema federal a ocorrência de casos de dengue no período. “Por serem conurbadas, as cidades compartilham os problemas”, observa Vânia.

As prefeituras de Diadema e São Caetano não se manifestaram até o fechamento desta edição.

Santo André e São Caetano pleiteiam verba para realizar obras

Reportagem do **Diário** mostrou ontem que o governo federal incluiu quatro projetos do Grande ABC na relação de obras de saneamento que serão contempladas com recursos do programa Avançar Cidades. Duas propostas de São Caetano e duas de Santo André preveem investimentos da ordem de R\$ 59 milhões.

Santo André pretende instalar 20 estações de coleta (ecopontos) para manejo de resíduos sólidos e melhorias e ampliação no sistema de abastecimento de água da cidade, com construção de adutora, ao custo de R\$ 28,7 milhões.

Já em São Caetano, a administração espera a liberação de R\$ 30 milhões para execução de serviços e obras de redução e controle de perdas de água no sistema de distribuição e melhoria da estrutura de triagem dos resíduos recicláveis e implantação de ecopontos.

Mauá também pediu financiamento de projeto para redução e controle de perda de água, além de ampliação do sistema de abastecimento, mas não foi contemplada até o momento.

Especialista cobra atualização de planos

Apesar de seis das sete cidades do Grande ABC figurarem em estudo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na lista de municípios que contam com planos municipais e políticas municipais de saneamento básico, o ambientalista e presidente do MDV (Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC), Virgílio Alcides de Farias, destaca que é preciso que os documentos estejam atualizados.

“Sabemos que Santo André vai discutir isso por meio do Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André), mas é preciso saber qual a situação em todas as cidades. De uma forma geral, a região não leva a sério as políticas ambientais”, afirmou.

Integrante do Condema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Diadema), Farias relatou que o colegiado chegou a pautar a necessidade de aprovação do plano municipal de saneamento básico em Diadema no ano passado, e que até existe um projeto (que começou a ser debatido em 2011), mas que nunca chegou a entrar em vigor.

“Inclusive, já passou do prazo de ser revisado. Diadema e Rio Grande da Serra são dois exemplos claros de cidades onde as questões ambientais são esquecidas. Políticas de saneamento básico, ambiental, que significam maior qualidade de vida e mais dignidade às pessoas, não são levadas a sério”, acusou.

O ambientalista lembrou que o governo federal já adiou por três vezes o prazo para que os municípios brasileiros aprovem seus planos de saneamento básico, sendo a última delas de 2017 para 2019. “É um estudo amplo e complexo. Se estamos em 2018 e Diadema não começou, certamente não ficará pronto em tempo”, avaliou.

O Saesa (Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental de São Caetano) informou que o plano municipal de saneamento básico da cidade está em vigência e em processo de atualização. O Semasa informou que o plano municipal de Santo André é válido até 2034 e será revisto esse ano, conforme prevê a lei. Em São Bernardo, o plano está vigente e foi atualizado em 2017. As outras prefeituras da região não informaram a situação dos documentos.

Diadema tem atenção básica de saúde mais bem avaliada do ABC

ANGELICA RICHTER
angelica@diarioregional.com.br

O Ministério da Saúde divulgou este mês os resultados do 3º ciclo do Projeto e Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), e Diadema aparece como a cidade mais bem avaliada do ABC. Segundo a pasta, 73,2% das equipes de Saúde da Família do município receberam as classificações “Muito bom” e “Bom” - indicativo que, em 2014, estava em 15,2%.

Em seguida, com a mesma avaliação de desempenho, figuram São Caetano, com 70,8%; São Bernardo, com 60,7%; Santo André, 65,2%; Mauá, 24,5%;

e Ribeirão Pires, 16,7%.

Segundo o secretário de Saúde do município, Luiz Cláudio Sartori, a melhora no desempenho se deve à reestruturação no atendimento. “Primeiramente, mudamos a equipe da Coordenação de Atenção Básica. Fizemos reorganização geral e a área foi priorizada. O bom desempenho também se deve ao apoio do governo Lauro Michels (PV), que nos deu liberdade para montar uma equipe totalmente técnica”, destacou.

O prefeito afirmou que “não existe milagre” para ter atendimento de qualidade na atenção básica. “Seguimos a cartilha do SUS (Sistema Único de Saúde). Chamei a equipe e falei: ‘vamos fazer um arroz com feijão bem feito’. Como podemos baixar o custo na saúde? Dando foco na atenção básica. A saúde é nossa prioridade um, dois, três, quatro, dez. Então, estamos trabalhando com prevenção, porque o gasto é menor na outra ponta”, afirmou Michels, ao destacar que, atualmente, as

equipes de Saúde da Família estão presentes nas 20 Unidades Básicas (UBSs) do município e a cidade conta com 680 médicos.

Segundo o coordenador de Atenção Básica do município, Douglas Schneider, como o PMAQ tem o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços

de saúde oferecidos, os critérios de avaliação do Ministério da Saúde são rigorosos. “São avaliados diversos aspectos: os prédios, a adequação dos ambientes, os equipamentos e materiais. Em relação aos procedimentos, a organização das equipes, o acolhimento, a oferta de serviços e

os indicadores de produção e de atendimento são avaliados. Essa avaliação é feita em ‘in loco’, por técnicos. São realizadas entrevistas com os usuários e profissionais. Então, não são números que o município passa. Tudo é vistoso”, pontuou.

Com base nessa avaliação,

o governo federal aumenta o repasse de recursos para a atenção básica. “Esperamos um incremento já para outubro. Os repasses podem dobrar de valor com a melhora nos resultados”, destacou Schneider.

Diadema conta atualmente com 94 equipes de Estratégia Saúde da Família, compostas de médico generalista, enfermeiro, dois técnicos de enfermagem e agentes comunitários. O programa, porta de entrada para o sistema de saúde, investe na promoção e prevenção de saúde dos munícipes por meio de visitas regulares aos domicílios de abrangência de cada unidade de saúde. Cada equipe é responsável por cerca de 4 mil pessoas.

Em relação à saúde bucal, Diadema - que conta com 64 equipes - conquistou o primeiro lugar no prêmio do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, como a melhor política municipal do Estado de São Paulo, na categoria de cidades com população superior a 300 mil habitantes.

■ ENTRE ASPAS

Como podemos baixar o custo na saúde? Dando foco na atenção básica

Lauro Michels

Michels defende política clara de divisão de responsabilidade da saúde

Diadema tem hoje a Estratégia de Saúde da Família (ESF) mais bem avaliada do ABC, segundo o Ministério da Saúde, com cobertura de quase 100% do atendimento na atenção básica. Entretanto, o prefeito Lauro Michels (PV) defende clara política de divisão de responsabilidade sobre a saúde pelos entes públicos. "Quero saber dos

próximos governantes quais serão as responsabilidades deles. Se querem que cuidemos de algo que não é de nossa responsabilidade, precisamos que nos paguem, porque, do contrário, não teremos como cuidar. Responsabilizar nossa equipe e jogar pedra na gente é muito fácil", pontuou.

Segundo o prefeito, atualmente o município arca com

80% do custo da saúde. "A atenção básica seria prerrogativa do SUS (*Sistema Único de Saúde*) para os municípios. Eu não teria de atender urgência e emergência. Ou seja, se tivesse de aplicar os recursos apenas nessas equipes da Saúde da Família, que é o nosso mote de saúde municipal, estaríamos muito tranquilos. Porém, não estamos porque estamos arcando com urgência

e emergência. Por exemplo, o Hospital Municipal custa para a cidade R\$ 9,5 milhões por mês. Falo sempre que é um hotel com serviço médico."

Michels afirmou que Diadema investe 42% do orçamento na saúde, e que um dos motivos de se construir um hospital novo é, justamente, dividir os gastos com urgência e emergência. "O grande lance

do novo hospital é a divisão que fizemos. O hospital vai ter uma UPA (*Unidade de Pronto Atendimento*) classificada, construída da forma que tem de ser. Aí consigo buscar parcerias, recursos, e ter custeio meio que rateado na urgência e emergência. Porque hoje só nós trabalhamos com sistema de portas abertas. O Samu (*Serviço de Atendimento Móvel de Urgência*)

pega pacientes em qualquer lugar da região e não leva para São Bernardo. Traz para Diadema. Então, o único hospital de referência é o nosso, mas os custos também são só nossos."

"Sabemos que existem problemas. Queremos fazer mais, mas não temos pernas. Precisamos de recursos, mas estamos correndo atrás", ressaltou Michels. (AR)